



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm. Pública
 para os devidos fins.

Em 25 / 11 / 14

Leaugh

Conceição de Maria Lages Rodrigues
 Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Alencar Mendes

para relatar.

Em 25 / 11 / 14

[Assinatura]
 Presidente Comissão de Administração
 Pública



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Marden Menezes

Comissão de Administração Pública

Processo Nº. AL 10518/2014 – Projeto de Lei Complementar Nº 1/2014.

Autor: Governador do Estado

Relator: Dep. Marden Menezes

Assunto: Altera a Lei Complementar nº 56, de 01 de novembro de 2005 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Piauí) e a Lei Complementar nº 59, de 30 de novembro de 2005 (Organização da Defensoria Pública do Estado do Piauí, a carreira de Defensor Público e o regime jurídico de seus membros).

I. RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei Complementar expende sobre a alteração da Lei nº 56, de 01 de novembro de 2005 e a Lei Complementar nº 59, de 30 de novembro de 2005, onde objetiva a modificação nos dispositivos que vedam a concessão de licença para estudo do servidor fora do Estado quando aqui houver curso semelhante. Pretende-se alterar a redação do § 1º, do art. 55, da Lei Complementar nº 56/2005 e o § 1º, do art. 77, da Lei Complementar nº 59/2005, retirando a expressão “(...) sendo vedada a concessão desta licença para cursos existentes no Estado.”

A manutenção da atual redação normativa acarreta limitação ao desenvolvimento técnico-científico dos servidores, pois podem haver cursos em outros centros (inclusive no exterior) que proporcionam melhores níveis de conhecimento.

De acordo com os termos do Art. 34, II, combinado com os artigos 59, 60, 61, 62 e 139, todos do Regimento Interno desta Casa, o presente Projeto de Lei Complementar foi encaminhado a esta relatoria para ser apreciado e expedir o parecer.

É o relatório.

II. PARECER:

No que tange a competência da proposição, a mesma se enquadra nos dispositivos constitucionais vigentes Art. 75 e 77, da Constituição Estadual.

Ao dispor sobre a alteração da Lei Complementar, deve-se ressaltar a relevância da presente proposição, já que atende a uma necessidade que permitirá o crescimento técnico e o melhor desenvolvimento do serviço público propondo a retirada de tais limitações do ordenamento jurídico.

Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, este Relator vota pela aprovação do projeto de lei Complementar ora submetido à apreciação desta douta Comissão Permanente de Administração Pública.

III. VOTO DO RELATOR:

Nos termos, exigidos por esta Casa, estando em conformidade com os aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Relator vota pelo acatamento da Proposição, sendo favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Piauí, ____ de dezembro de 2014.


MARDEN MENEZES
Deputado Estadual/PSDB

PARECER DA COMISSÃO:

